

Políticas públicas e a promoção da leitura: o papel da formação continuada de professores

Public policies and the promotion of reading: the role of continuing teacher education

Vanessa Ramos

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil)

vanessaramospedagoga@gmail.com

Recebido: 23-02-2025

Aceite: 18-03-2025

Publicado: 25-06-2025

RESUMO: Este artigo analisa o papel crucial da formação continuada de professores na mediação da leitura literária. A relevância dessa formação é destacada em documentos oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o recente parecer CNE/CP nº 4/2024, que enfatizam a necessidade de preparar os educadores para promover a leitura de forma eficaz. A pesquisa adota uma abordagem crítica, utilizando revisão de literatura e Análise Textual Discursiva (ATD), para examinar as políticas públicas mencionadas, com o objetivo de compreender como elas influenciam a formação de professores para a mediação da leitura literária. A investigação também incorpora relatos de experiência de três escolas brasileiras, a fim de ilustrar os desafios e as práticas relacionadas à mediação da leitura em sala de aula. A questão central do artigo é investigar de que forma as políticas públicas e iniciativas do terceiro setor moldam a formação de professores para a mediação da leitura, considerando o contexto

neoliberal da sociedade atual. O objetivo principal é analisar o impacto dessas diretrizes educacionais na prática docente, com foco na mediação da leitura literária e no desenvolvimento do leitor no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Continuada; Leitura Literária; Políticas Públicas.

ABSTRACT: This article analyzes the crucial role of continuing teacher education in the mediation of literary reading, within the context of Brazilian educational public policies. The relevance of this education is highlighted in official documents such as the Law of Directives and Bases of Education (LDB), the National Curricular Parameters (PCNs), the National Common Curricular Base (BNCC), and the recent CNE/CP opinion No. 4/2024, which emphasize the need to prepare educators to promote reading effectively. The research adopts a critical approach, using a literature review and Discursive Textual Analysis (ATD) to examine the mentioned public policies, aiming to understand how they influence teacher education for the mediation of literary reading. The investigation also incorporates experience reports from three Brazilian schools, to illustrate the challenges and practices related to reading mediation in the classroom. The central question of the article is to investigate how public policies and third sector initiatives shape teacher education for reading mediation, considering the current neoliberal context of society. The main objective is to analyze the impact of these educational guidelines on teaching practice, focusing on the mediation of literary reading and the development of the reader in Brazil.

KEYWORDS: Continuing Training; Literary Reading; Public Policies

Considerações iniciais

A leitura, como ferramenta essencial de apreensão do mundo, molda nossa compreensão desde a infância, expandindo-se continuamente ao longo da vida. Paulo Freire (2011) destaca a precedência da leitura do mundo sobre a leitura da palavra, enfatizando a continuidade entre ambas. Nesse contexto, a escola, com professores desempenhando papel crucial na formação de leitores proficientes, emerge como espaço privilegiado para a sistematização do aprendizado da leitura (Retratos da Leitura no Brasil, 2024).

A leitura, habilidade fundamental adquirida no ambiente escolar, transcende a mera decodificação de códigos. Por meio da escola, aprendemos a reconhecer, a decodificar e a recodificar o sistema da linguagem, ou seja, a ler e escrever. Desenvolvemos, ainda, a capacidade de perceber os efeitos de sentido criados pelos arranjos linguísticos, culminando na formação do senso crítico em relação ao que lemos e produzimos.

Diante do cenário educacional brasileiro, este artigo busca investigar: De que forma as políticas públicas de formação continuada influenciam na prática de sala de aula, no que concerne à formação do leitor literário, considerando o contexto neoliberal da sociedade atual? Esta questão central visa analisar os impactos das diretrizes educacionais na formação de professores mediadores de leitura e como essas influências se manifestam no processo de ensino e de aprendizagem da leitura literária.

Por conseguinte, os objetivos específicos deste estudo consistem em: (1) investigar a influência das diretrizes educacionais,

com destaque para a BNCC e os pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE/CP n.º 4/2024), na formação continuada; e (2) analisar os desafios e as possibilidades para a formação desses profissionais no Brasil, a partir da análise das políticas públicas e das práticas de sala de aula.

Em suma, essa investigação busca compreender como as normativas educacionais influenciam a prática docente e o desenvolvimento de competências para promover uma leitura crítica e reflexiva nos estudantes. Ao analisar a relação entre essas normativas e as implicações gerencialistas nas diretrizes de formação docente, pretende-se evidenciar como tais orientações podem afetar a educação e a mediação da leitura literária nas salas de aula brasileiras.

A Importância das Políticas Públicas na Formação Continuada

A formação de professores da educação básica tem sido um tema central nas discussões sobre políticas educacionais no Brasil, especialmente a partir da década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - 9.394/96. Esse marco regulatório impulsionou programas governamentais de formação docente, visando melhorar a qualidade da educação e preparar os professores para os desafios da profissão.

As reformas e regulamentações desse período refletem a crescente importância atribuída à formação docente nas políticas públicas. No entanto, tais mudanças são influenciadas por diretrizes internacionais e organismos multilaterais, conforme nos apresenta a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), e sua constante busca de um alinhamento ao conceito de

‘competências’, promovendo alterações teóricas e práticas no cenário educacional brasileiro.

Dentre os avanços e desafios na formação de professores da educação básica, destaca-se a promulgação, em 2002, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em nível superior. Esse marco legal buscou promover uma formação inicial mais estruturada e articulada para os profissionais da área. No entanto, a implementação das diretrizes enfrentou desafios, com algumas licenciaturas ignorando-as e outras desenvolvendo suas próprias diretrizes.

Paralelamente, políticas de governo como o Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares (Progestão), desenvolvido pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) em parceria com os estados, têm buscado aprimorar a gestão educacional. O Progestão, implementado desde 2001, já alcançou ampla abrangência em estados brasileiros, com destaque para Santa Catarina, Pernambuco e Tocantins, onde a totalidade dos diretores em exercício participou, além de professores convidados de outras regiões do país.

Com a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica, homologada em 2009, temos um marco importante na formação docente no Brasil. O Plano Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica, parte integrante dessa política, estabelece princípios e objetivos para a formação dos profissionais da educação básica, em regime de colaboração entre os sistemas de ensino e em consonância com o Plano Nacional de

Educação (PNE) e os planos decenais dos estados e municípios do país.

Essa política implementou o Programa de Formação Inicial e Continuada, presencial e a distância, de professores da Educação Básica (PARFOR), que se consolidou por meio dos Fóruns Estaduais de Apoio à Formação Docente e passou a contar com a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no fomento a programas de formação inicial e continuada de professores.

Em 2016, o Decreto nº 8.752 definiu que a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica deveria assegurar sua coerência com as Diretrizes Nacionais e atos normativos do Conselho Nacional de Educação (CNE), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os processos de avaliação da educação básica e superior instituídos no país. Esse movimento de alinhamento entre as políticas de formação docente e os demais elementos estruturantes do sistema educacional brasileiro visa garantir a integração e a eficácia das ações propostas, tema este de amplo debate entre os especialistas no assunto.

Com a Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020, estabelecem-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui-se a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores (BNC-Formação Continuada). Em seu Artigo 6º, parágrafo II, destaca-se a importância do desenvolvimento contínuo das competências e das habilidades relacionadas à compreensão, interpretação e produção de textos de complexidade crescente, privilegiando a língua portuguesa

e fundamentando-se no domínio da norma culta. Essa diretriz ressalta a necessidade de que os professores, ao longo de sua formação continuada, aprimorem suas aptidões linguísticas para melhor desempenhar seu papel educativo na formação de alunos leitores e produtores de textos.

A recente homologação do parecer CNE/CP nº 4/2024 pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo CNE reforça a valorização dos professores. A nova diretriz estabelece que 50% da carga horária dos cursos de formação docente deve ser presencial. Tal medida sinaliza um compromisso com a qualidade da formação inicial em nível superior, buscando uma estrutura que conecte os futuros educadores às vivências dos estudantes e à realidade das salas de aula de todo o país.

A preocupação em fortalecer o ensino básico, por intermédio da formação e da qualificação de seus profissionais, transcende o contexto brasileiro, manifestando-se em diversos países da América Latina. Nesse cenário, políticas públicas buscam valorizar e aprimorar a formação docente como estratégia para a melhoria da educação básica. Exemplos notáveis incluem o Programa para Reforma Educacional na América Latina e Caribe (PREAL), que monitora o progresso educacional em níveis regional e sub-regional, e iniciativas coordenadas pela Oficina Regional de Educação para a América Latina e o Caribe (OERLAC), vinculada à UNESCO. Ambos os programas, derivados do Projeto Principal de Educação para a América Latina e o Caribe (PROMEDLAC), alinham-se às metas estabelecidas nas Conferências de Educação para Todos, realizadas em Jomtien (1990) e Dakar (2000).

A progressiva incorporação de pautas neoliberais nas legislações educacionais brasileiras evidencia uma transição no discurso educacional. Embora se observe um esforço em democratizar o acesso ao ensino, consagrando direitos e deveres, a lógica subjacente propõe uma formação centrada no aluno e na contextualização do conhecimento. Entretanto, essa abordagem tem resultado na expansão da lógica de mercado para o espaço educacional, abrindo oportunidades para o aumento dos lucros corporativos de fundações privadas.

No campo da gestão educacional, o modelo gerencialista submete os processos de produção pedagógica à lógica mercadológica, tanto na rede pública quanto na privada. Essa influência se manifesta desde a concepção curricular até as políticas de avaliação heterônomas, permeando as práticas escolares. Lamosa (2020) destaca em seus estudos que o gerencialismo na educação corresponde à inserção da educação nos moldes do desenvolvimento econômico, visando responder às novas necessidades de qualificação.

A busca por uma educação de qualidade tem impulsionado a articulação entre políticas de formação docente e outros elementos estruturantes do sistema educacional, como diretrizes curriculares, avaliação e valorização da carreira. Essa ênfase na formação continuada, contudo, abriu espaço para a atuação de diversos atores, incluindo organizações sob influência neoliberal e mediada pelo terceiro setor, o que ampliou a participação de empresários e de representantes da sociedade civil na formulação de políticas educacionais.

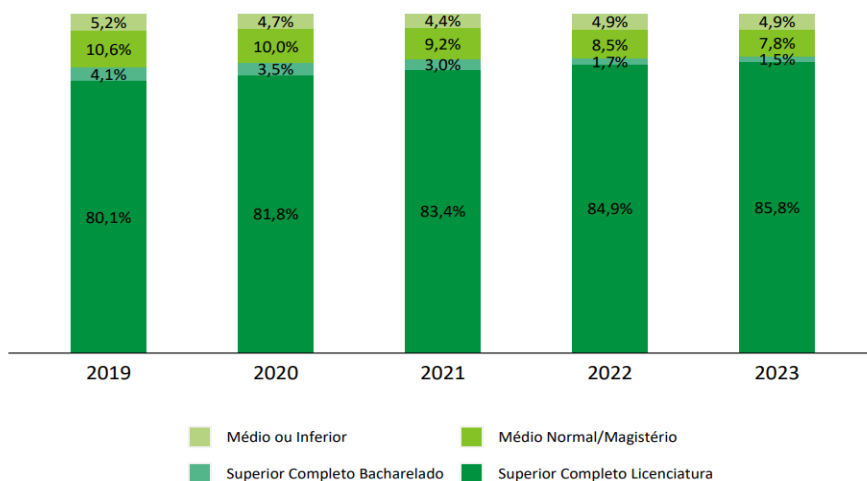
Formação e Desenvolvimento Profissional do(a)s Professore(a)s

A formação continuada de professores, conforme estabelecido nos artigos 62, 62-A e 70 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96, é um tema central nas políticas educacionais brasileiras. A criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) pelo MEC representa um marco importante no enfrentamento das desigualdades presentes nos sistemas educacionais do país (Brasil, 2004).

Documentos norteadores da educação, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), também destacam a formação continuada como investimento necessário para promoção de uma educação de qualidade, alinhada às necessidades atuais de práticas pedagógicas eficazes em consonância com às expectativas curriculares. Entendida como um processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade profissional, a BNCC destaca a criação de ações de materiais norteadores para professores, bem como processos de aperfeiçoamento contínuo dos processos de ensino e aprendizagem, não só para educadores como para gestores (2017, p. 17).

Desde a LDB à BNCC, o governo federal engendrou políticas tanto para aumentar a oferta de licenciaturas, como para qualificar os docentes já atuantes na rede pública. De acordo com o Censo Escolar de 2023, os percentuais de docentes da educação básica com pós-graduação e formação continuada têm aumentado gradativamente ao longo dos últimos cinco anos. Veja a seguir os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais (Inep):

Gráfico I - Escolaridade dos Docentes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental - Brasil 2019 - 2023



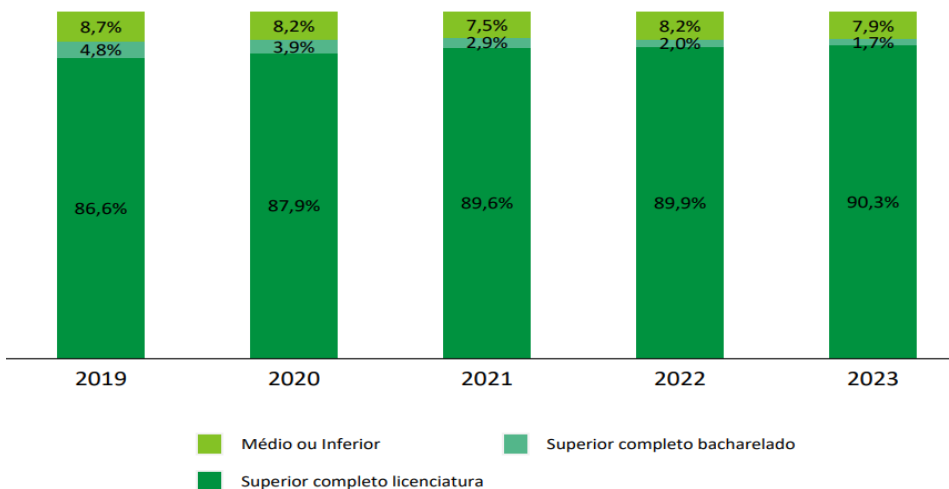
Fonte: Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2023.

Segundo os dados divulgados pelo Censo da Educação Básica do ano de 2023, houve um aumento significativo na escolaridade dos docentes que atuam na Educação Infantil. Em 2023, 80,7% dos profissionais possuíam nível superior completo, sendo 79,5% com grau acadêmico de licenciatura e 1,2% com bacharelado. Comparando com 2019, nota-se um crescimento no percentual de docentes graduados com licenciatura, que passou de 73,3% para 79,5%. Além disso, 11% dos docentes têm formação de ensino médio normal ou magistério, enquanto 8,4% possuem nível médio ou inferior. (Brasil, 2024, p. 58).

Ainda de acordo com o documento supracitado, os dados divulgados para o segmento dos anos finais do Ensino Fundamental apresentam que 92,0% dos docentes possuem nível superior completo

(90,3% em grau acadêmico de licenciatura e 1,7%, bacharelado), ou seja, o percentual de docentes com formação superior em licenciatura aumentou 3,7 pontos percentuais entre os anos de 2019 e 2023 (Brasil, 2024, p.60), vejam as análises divulgadas no gráfico a seguir:

Gráfico II - Escolaridade dos Docentes dos Anos Finais Ensino Fundamental - Brasil 2019-2023



Fonte: Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2023.

A formação continuada de professores emerge como um pilar fundamental no cenário educacional, essencial para assegurar a qualidade do ensino e preparar os docentes para enfrentar os desafios do século XXI, especialmente no que tange ao fomento da leitura. Contudo, apesar de sua inegável relevância, as políticas públicas ainda exibem lacunas ou insuficiências na implementação e oferta de programas de qualidade. A valorização dos educadores, o reconhecimento de seu papel crucial na formação do cidadão e a

disponibilização de oportunidades para o seu desenvolvimento profissional são, portanto, elementos indispensáveis para a promoção de uma educação de qualidade.

Aprendizagem Visível: A “Expertise” Colaborativa e a formação leitora

Fundamentada nos estudos pioneiros de John Hattie sobre Aprendizagem Visível, a expertise colaborativa emerge como uma estratégia crucial no processo de aprendizagem dos estudantes. A sinergia resultante do trabalho conjunto entre educadores, gestores e alunos promove uma inteligência coletiva que impulsiona tanto a autoformação quanto à autoavaliação dentro da comunidade escolar.

Hattie (2007) define a Aprendizagem Visível como a capacidade de tornar os processos de ensino e de aprendizagem transparentes e mensuráveis. Este conceito preconiza a criação de ambientes onde os estudantes possam identificar claramente seus objetivos e monitorar seu progresso. Para tanto, educadores devem empregar estratégias que evidenciem as expectativas de aprendizagem e o impacto de suas práticas pedagógicas.

A formação de leitores, especialmente nos anos finais do Ensino Fundamental e Médio, demanda professores constantemente atualizados e aptos a mediar a leitura. Nesse contexto, o papel do professor transcende o de mero transmissor de conhecimento, assumindo a figura de um mediador que abre portas para novos mundos, conforme postulado por Petit (2009).

Ainda de acordo com Petit, a leitura, além de sua função cognitiva, possui uma dimensão simbólica, representando acesso ou exclusão social. O mediador da leitura, portanto, atua como um agente que legitima a participação do estudante no mundo do conhecimento, rompendo barreiras impostas por origens sociais ou distanciamentos culturais. Diante disso, a formação de professores como mediadores de leitura torna-se crucial para a educação, exigindo um investimento contínuo na formação inicial e continuada.

Aprendizagem Visível: A “Expertise” que nasce no coletivo

Visando aprimorar a formação do professor como mediador na formação do(a) leitor(a), foram realizados *workshops* em escolas das redes pública e privada nas cidades do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, durante o primeiro trimestre letivo de 2024. O estudo envolveu 148 docentes da Educação Básica, abordando os temas 'Por uma escola mais criativa: reflexões para a prática docente' e 'A leitura literária no ambiente escolar'.

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa exploratória, com coleta de dados realizada por meio de entrevistas via formulários eletrônicos, observações participativas e análise documental. A análise dos resultados se centrou na percepção dos docentes sobre a aplicabilidade das temáticas abordadas nos *workshops* em suas práticas pedagógicas diárias, com foco na formação leitora de seus estudantes.

Os *workshops* promoveram reflexões significativas entre os docentes, estimulando a criatividade e a inovação em suas estratégias de ensino. A abordagem da leitura literária foi destacada como ferramenta eficaz para o desenvolvimento da compreensão e da

expressão dos estudantes. A expertise colaborativa emergiu como um catalisador para a melhoria do ambiente escolar e o engajamento dos educadores.

A aplicação de questionários avaliativos resultou em 143 respostas de professores(as), cuja distribuição por segmento de atuação revela informações relevantes sobre o perfil dos participantes. A maioria dos respondentes (73,7%) atua no Ensino Fundamental Anos Iniciais. Este dado indica uma predominância de profissionais que trabalham com alunos em fase inicial de escolarização e processos de formação leitora, destacando a importância de práticas pedagógicas nesta etapa crucial do aprendizado.

A distribuição dos professores participantes por segmento de atuação revela uma diversidade significativa: 5,3% atuam no Ensino Fundamental Anos Finais, 18,2% na Educação Infantil e 2,8% no Ensino Médio. Essa variedade proporciona uma ampla perspectiva sobre as práticas leitoras e os desafios enfrentados nos diferentes níveis de ensino.

Quanto à formação acadêmica, 21,1% dos respondentes possuem formação técnica profissionalizante, 42,1% ensino superior completo e 36,8% pós-graduação ou especialização. Essa heterogeneidade na formação evidencia que diferentes níveis de conhecimento podem influenciar as práticas pedagógicas dos docentes.

Constata-se que os ciclos de palestras sobre formação continuada, ao abordarem a promoção da leitura, têm o potencial de transformar as práticas educativas, incentivando abordagens que estimulem o interesse dos estudantes pela leitura. O fortalecimento da

formação leitora contribui não apenas para a formação integral dos estudantes, mas também se alinha às necessidades identificadas no questionário, que evidenciam a interligação entre a formação docente e a efetividade das práticas de ensino.

Ressalta-se que todos os respondentes relataram que suas instituições promoveram formações presenciais ao longo do ano letivo de 2024. A participação nessas formações atingiu 92,5% dos professores, evidenciando um elevado grau de engajamento com o desenvolvimento profissional. A qualidade do conteúdo oferecido foi avaliada positivamente, com 57,9% dos participantes classificando-o como excelente e 42,1% como bom. Esses dados sugerem que as iniciativas de formação continuada são bem recebidas e reconhecidas como um diferencial para o aprimoramento profissional dos docentes.

Ao investigar a aplicabilidade dos conhecimentos e das habilidades adquiridos na formação, constatou-se que 36,8% dos professores os aplicaram integralmente em suas práticas de sala de aula, enquanto 63,2% os aplicaram parcialmente ou os adaptaram à sua realidade. Esse dado sugere que, embora as orientações recebidas sejam consideradas valiosas, a adaptação das estratégias ao contexto específico de cada sala de aula é uma prática comum e necessária.

Esses resultados não apenas refletem o perfil da amostra, mas também destacam a importância de direcionar ações e políticas de formação continuada, especialmente no que diz respeito à temática da formação leitora dos alunos. A habilidade de leitura é uma competência fundamental que se desenvolve, em grande parte, nos primeiros anos de escolarização e continua a ser uma preocupação central em todas as etapas de ensino (Petti, 2009).

Constata-se que as transformações socioculturais no ambiente educacional, impulsionadas pela formação continuada, expandem as propostas didático-metodológicas voltadas à formação leitora de docentes e de discentes. Tais transformações possibilitam a adoção de novas estratégias de ensino e o desenvolvimento de habilidades de leitura essenciais para a cidadania em um contexto de constante evolução. A partir das dinâmicas vivenciadas nos encontros, a formação continuada fomentou a experimentação de práticas inovadoras e a integração de saberes diversificados, promovendo um ambiente educacional acolhedor e inclusivo.

Os resultados obtidos evidenciam a necessidade de direcionar ações e políticas de formação continuada, com foco na formação leitora dos alunos. A leitura, competência fundamental desenvolvida desde os primeiros anos de escolarização, permanece como preocupação central em todas as etapas de ensino (Petit, 2009).

Reflexões Finais: Entrou por uma porta e saiu pela outra...

No universo da educação, uma expressão clássica se destaca no contexto da contação de histórias: "Entrou por uma porta e saiu pela outra; quem quiser que conte outra". Essa frase ressalta a importância da narrativa e da criatividade no aprendizado, refletindo como as histórias, sejam elas reais ou imaginárias, podem ser ferramentas poderosas para engajar e estimular a reflexão.

Neste artigo, exploramos a importância de contextualizar as políticas públicas de formação continuada de professores no Brasil, destacando como elas moldam as práticas pedagógicas em sala de aula e influenciam a formação da identidade do leitor literário. A legislação

brasileira, embora estabeleça diretrizes que visam garantir a qualidade do ensino e aprimorar a formação docente, capacitando-os como cidadãos críticos e reflexivos no processo educativo, ainda apresenta "brechas" que precisam ser superadas.

Assim como na narrativa, cada experiência de aprendizado vivenciada por um docente pode se desdobrar em novas perspectivas para seus discentes. Os dados obtidos ao longo deste estudo fornecem uma base para uma análise aprofundada das práticas educacionais e das expectativas dos educadores em relação à formação continuada. Enfatiza-se aqui a importância da formação leitora como um componente essencial para a educação de qualidade, pois é através da leitura que se abre um leque de possibilidades para a construção do conhecimento.

Diante dos resultados obtidos, é fundamental incentivar e investir em iniciativas de formação docente que valorizem a colaboração e a reflexão pedagógica para a formação leitora de seus estudantes. A construção de uma comunidade escolar coesa e orientada para a melhoria constante é essencial para o desenvolvimento integral dos alunos e o fortalecimento do sistema educacional.

O trabalho na formação docente também versou sobre os letramentos incontornáveis da educação. Assim, ao finalizarmos nossas considerações, é fundamental lembrar que a educação é um contínuo recontar de histórias, em que cada docente e discente desempenha um papel vital na construção do conhecimento. Que todos continuem a contar suas histórias, transformando cada porta que se abre em novas oportunidades de aprendizado e,

consequentemente, contribuindo para um ambiente educacional mais rico e dinâmico.

Referências:

- Ball, S. J. (2013). *Novos Estados, nova governança e nova política educacional* [New states, new governance and new educational policy]. Em M. W. Apple, S. J. Ball & L. A. Gandin (Orgs.), *Sociologia da Educação: análise internacional* (pp. xx-xx). Penso.
- BRASIL. (1998). *Parâmetros Curriculares Nacionais. Introdução. Ensino Fundamental* [National Curricular Parameters]. Introduction. Elementary School]. MEC/SEF.
- BRASIL. (2017). *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação.
- BRASIL. (2016). *Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016*. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Diário Oficial da União, Edição nº 90, Seção 1, p. 1-4. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). (2024). *Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas*. Brasília, DF: Inep. https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf
- Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). (2017). *Documento de considerações para orientar o aperfeiçoamento das políticas de Formação Continuada de Professores à luz da implementação da Base Nacional Comum Curricular* (BNCC). <https://www.consed.org.br/storage/download/5adf3c0d134be.pdf>

- Dardot, P., & Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Freire, P. (2011). *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*. Cortez.
- Hattie, J. (2017). *Aprendizagem visível para professores: Como maximizar o impacto da aprendizagem*. Penso Editora.
- Instituto Pró-Livro. (2024). *Retratos da Leitura no Brasil* (6a ed.). <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/a-pesquisa-5a-edicao/>
- Lamosa, R. A. C. (2020). *Todos pela Educação? Uma década de ofensiva do capital sobre as escolas públicas*. Appris Editora.
- Movimento Profissão Docente. (n.d.). *Página inicial*. Movimento Profissão Docente. <https://www.profissaodocente.org.br/>
- Petit, M. (2009). *Os jovens e a leitura*. Editora 34.